

O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO NO NORTE DE MATO GROSSO: EFEITOS REGIONAIS E TERRITORIAIS

Tereza Cristina de Souza Higa - Adenilce Ferreira de Oliveira**
Eledir C. Martins** - Jandyra Luz Teixeira** - Ronei Coelho de Lima** -
Selma Vilela Borges Gonçalves** - Vera Hiroko Okazaki Vieira**

RESUMO

A compreensão dos efeitos regionais e territoriais, decorrentes da organização sócio-espacial produzida no norte mato-grossense pela implantação do processo de colonização, foi o objetivo geral que norteou este estudo. Para tanto foram necessários identificar as concepções teóricas metodológicas que influenciaram na regionalização e discutir o papel das políticas públicas e seus efeitos na produção desse espaço, enfatizando-se o município de Sinop como resultado deste processo.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1960, frente ao processo de expansão do capital industrial e ao aprofundamento da ideologia de Integração Nacional, o governo brasileiro decide ocupar, de forma produtiva, as regiões Centro-Oeste e Norte do país. A compreensão dos efeitos regionais e territoriais, decorrentes da organização sócio-espacial produzida na área norte mato-grossense, pela implantação do processo de colonização, foi o objetivo deste estudo. Assim, procurou-se identificar as concepções teórico-metodológicas que influenciaram esta regionalização, bem como discutir o papel das políticas públicas e seus efeitos na produção deste espaço, com ênfase para o município de Sinop. O modelo desenvolvimentista adotado seguiu a lógica capitalista, tendo transformado esta região em um dinâmico espaço de reprodução do capital, sem a preocupação com os danos sócio-ambientais provocados pelo processo. Sob o olhar da Geografia, o trabalho, dividido em temáticas, teve a preocupação de entendimento das concepções teóricas que fundamentaram os programas governamentais implantados. A dialética foi o método utilizado para embasar as discussões sobre as contradições geradas neste processo de colonização, considerando-se que num mesmo espaço ocorreram interesses ambíguos: de um lado, grupos capitalistas

* Professora, doutora, do Departamento de Geografia ICHS UFMT.

** Mestrandos em Geografia. Departamento de geografia ICHS - UFMT

que “fizeram” o norte de Mato Grosso e, do outro, migrantes com pouco ou nenhum capital. Sob a ótica do positivismo e do neopositivismo, os programas de desenvolvimento foram planejados e implantados pelas políticas públicas, comprometidas com o capital monopolista internacional, justificando a inserção de Mato Grosso no contexto “global”. A reprodução do capital contribuiu, ainda, para o surgimento de inúmeras unidades administrativas, pois Mato Grosso, que em 1977 contava com 38 municípios, passou a constituir-se de 142 municípios em 2002. Dentre estes municípios destaca-se Sinop, situado ao norte do Estado, cuja sede é considerada cidade pólo de grande importância econômica regional, porém, permeada de problemas sócio-ambientais, alguns deles gestados na implantação da cidade. Neste trabalho, foram ainda discutidos os reflexos positivos e negativos decorrentes do processo de colonização, identificando os “verdadeiros” efeitos surgidos do programa desenvolvimentista brasileiro, criado no seio da ideologia do “Brasil Grande”.

A organização sócio-espacial do Norte de Mato Grosso na perspectiva teórico-metodológico da Geografia

Nas décadas de 1950/60, período em que a Europa e o Japão viviam a reestruturação pós Segunda Guerra Mundial, a América Latina e o Brasil, estavam sob o domínio da ditadura militar sofrendo maciça intervenção do Estado na adoção, execução e condução das políticas públicas, seguindo uma visão positivista fundamentadas em filósofos da geopolítica de cunho determinista como Ratzel, segundo a qual os grupos sociais devem estar tutelados pelo Estado, exaltando o território e seus recursos naturais como vitais para a sua estruturação e equilíbrio da sociedade.

A esse respeito, Ratzel considera que:

[...] o homem procura ampliar seu território à custa dos vizinhos. Partindo da idéia de que as condições naturais condicionam as formas de vida, chegou à conclusão de que os agrupamentos humanos quando se vêem em face de um território limitado, buscam ampliar seu espaço de vida, mesmo em detrimento de seus vizinhos (Lencione, 2003:83).

A esse respeito, Souza-Higa (2001:69), argumenta que no determinismo geográfico, uma vertente do positivismo, as idéias de Ratzel foram empobrecidas em suas formulações originais, referentes às influências da natureza sobre a sociedade, tendo sido desvirtuadas e radicalizadas, por seus seguidores, pois enquanto na geopolítica Ratzel desenvolveu idéias de expansionismo, muitos de seus seguidores desenvolveram teorias e técnicas que viabilizaram o imperialismo.

Segundo Costa (1991), enfocando a trajetória geopolítica brasileira, no início da década de 1950, foi o General Golbery do Couto e Silva o mentor intelectual do projeto de implantação de programas de desenvolvimento do país,

os quais tiveram por objetivos a integração dos “espaços vazios” como eram considerados a Amazônia e o Centro-Oeste do Brasil - através de Políticas Públicas, orientadas pelo governo federal para a entrada do capital internacional no país; aliviar as tensões sociais no campo, do Nordeste (zona de expulsão) e do Sul, (os pequenos produtores vendiam suas propriedades para adquirir maior área de terras no norte); e, ainda, aliviar a pressão urbana no Sudeste.

Pautados no tripé, observação/experimentação/dedução, - que são princípios básicos do positivismo lógico (neopositivismo), enfocando o racionalismo com a nova roupagem dos avanços tecnológicos e de planejamento, dos diagnósticos para se chegar aos prognósticos, - foram elaborados vários programas para a implantação do modelo capitalista de integração ao mercado internacional em prol do “progresso” da grande nação, cuja forte conotação nacionalista deveria fortalecer o binômio segurança, do ponto de vista de fortalecimento do domínio de território, impedindo a “internacionalização” da Amazônia, e seu provável “desenvolvimento”, conforme proposto pelos programas desenvolvimentistas.

Em contraposição à idéia que os estrategistas tinham sobre a região amazônica, é preciso lembrar que o diagnóstico “vazio” representava na verdade, espaço de baixa densidade demográfica, ocupado por populações indígenas, garimpeiros e seringueiros dispersos na floresta, que não foram considerados peças importantes na visão neopositivista adotada naquele momento.

O embrião da reorganização sócio-espacial foi à transferência da capital do país para o interior (Gonçalves, 1995). Nesse sentido, Brasília, cuja construção foi concluída em 1960, passa a ser o ponto de afirmação da geopolítica brasileira e a associação do estado da burguesia nacional e internacional neste modelo de desenvolvimento de caráter “modernizante”, se expressa no “slogan” adotado pelo governo de Juscelino Kubstichek “50 anos em 5”.

Para a implantação deste processo de “construção de uma região” - aqui entendida como sendo o conjunto de relações sócio-político-econômicas, nas décadas de 1960/70, definiu-se uma política de transportes calcada no modal rodoviário com a abertura de rodovias que interligavam o Centro-Oeste e a Amazônia ao restante do Brasil, através das BR - Belém-Brasília, Transamazônica, Cuiabá-Porto Velho, Cuiabá-Santarém, que contribuíram para o estabelecimento dos fluxos, conectados às redes, compondo a espinha dorsal de integração do território brasileiro. Estas políticas vieram ao encontro dos interesses do capital, ligado ao setor automobilístico (peças) e das grandes construtoras do setor rodoviário. Dentro da visão lablachiana, vertente possibilista do positivismo, na qual o homem tem possibilidade de modificar a natureza e produzi-la de forma a melhorar a vida em sociedade, neste espaço produzido/reproduzido no contexto da “Marcha para o Oeste”, do Plano de Metas do governo federal, a Amazônia e o Centro-Oeste foram considerados territórios chaves no processo de

ocupação/colonização, numa postura que reproduziu os ideais do Estado mas não responde à ânsia de melhoria das condições de vida dos migrantes de várias partes do país. A realidade mostra que, de maneira geral, os projetos implantados alcançaram os objetivos propostos ao atenderem os interesses das grandes empresas ali instaladas.

Os problemas sociais se exacerbam na medida do avanço da lógica de exploração, cujo ritmo cresce com a evolução das técnicas de produção e ainda com o estabelecimento de mercados consumidores internacionais, como é o caso da exportação de madeiras nobres e do cultivo da soja.

No decorrer da década de 1970, passa a concretizar-se o processo ocupação/colonização para transformação do espaço amazônico, viabilizado pelo Programa de Integração Nacional PIN, dirigido à Amazônia e ao Nordeste. Para tanto, foram necessárias a execução de programas como PROTERRA, POLOAMAZÔNIA, POLOCENTRO, POLONOROESTE, dentre outros, cujos objetivos principais foram ocupar os espaços "vazios", promover a colonização pública e privada, incentivar as atividades agropecuárias, agroindustriais e agro-minerais, subsidiadas pela SUDAM, SUDECO e INCRA, através de financiamentos liberados pelo Banco do Brasil e Banco da Amazônia.

Entretanto, o que deveria ser "integrado", na visão neopositivista dos idealizadores destes programas, apresentou uma série de equívocos decorrentes da implantação dos mesmos, não obtendo resultados satisfatórios dentro das expectativas das políticas do governo federal.

A estrutura de execução projetada pelo PIN criou as condições necessárias, principalmente na questão do transporte, criando-se redes para o estabelecimento de fluxos, proporcionando aos grandes grupos econômicos a instalação e promoção das transformações em atendimento aos seus interesses particulares, entretanto, foram gerados neste processo de ocupação/reprodução do espaço da Amazônia, graves problemas de ordem sócio-ambiental, entre outros fatores.

A dinâmica da ocupação do espaço norte mato-grossense sob a força do capital: o contexto de regionalização

O espaço norte mato-grossense está inserido na área da Amazônia Legal, por isso, não pode ser visto dissociado do processo de ocupação da Amazônia. Nesse contexto, esta região, dentre outras, constituiu-se em "paraíso" para as colonizadoras privadas favorecidas pela concessão de créditos para financiamento e compra de terras, objetivando sua especulação.

Os órgãos federais foram fundamentais na ocupação do espaço norte mato-grossense. Para a SUDAM, coube selecionar áreas de atração para

investimentos nacionais e internacionais. Segundo Moreno (1996/1997), coube ao Departamento de Terras e Colonização/DTC, criado na década de 1940, extinto em 1966, e substituído pelo Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso/INTERMAT, e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA, viabilizar a distribuição de grandes áreas de terras devolutas, que demandaram ações fundiárias quanto à regularização fundiária (através da reforma agrária), de colonização oficial e particular, e de alienação de terras públicas (contrato de compra e venda por meio de licitação).

Souza (2001:93), elucida que a colonização oficial foi pouco representativa em Mato Grosso se comparada com a atuação das colonizadoras particulares, porém a presença de órgãos públicos como SUDAM e SUDECO, fora decisiva para a implantação e desenvolvimento dos projetos de colonização de natureza particular. A SUDECO implantou nesta área, estrutura rodoviária tanto para garantir acesso aos migrantes como para escoamento das safras agrícolas e também infra-estrutura social (energia, saneamento básico, hospitais entre outros), selando assim o compromisso do estado com o empresariado e dificultando o assentamento do homem carente no campo.

A inserção do estado de Mato Grosso, a partir das décadas de 1960/70, em um novo contexto geográfico, no qual a expansão do capital provocou mudanças radicais nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais, constituiu novas regionalizações, nas quais, espaços de economia, tradicionalmente baseados na atividade de extrativismo vegetal e/ou mineral, pecuário extensivo e territórios indígenas, sofreram transformações radicais.

Constituíram-se novas territorialidades, a partir de práticas e idéias introduzidas pela intensa migração de sulistas capitalizados - pela venda de suas propriedades no Sul, e no sonho de aquisição de terras em maior quantidade - e de migrantes, do Sudeste e Nordeste, ligados às atividades agrárias e/ou urbanas.

A formação das pequenas e grandes propriedades agrícolas implantadas no início da colonização revelou um caráter altamente agressivo e predatório em relação aos recursos naturais, assim como desconsiderou a população que habitava a extensa região, principalmente os povos indígenas que sofreram pressão da política integracionista sob o avanço do capitalismo sobre seu território (espaço de uso), refletindo na perda da qualidade ambiental que é vital para a sua sustentabilidade, visto que sua relação com a natureza é traduzida pela interação e dependência da mesma.

Hébette (1991), ao analisar a violência sofrida pelos índios, afirma que “o grande capital penetrou nas áreas indígenas, cortou as reservas, lavrou o subsolo, alagou aldeias; a cultura tradicional dos índios foi ferida, e sua liberdade ancestral ameaçada”, o que pode ser comprovado na afirmação de José de Souza Martins quando referencia sobre “[...] a chegada do estrangeiro. Do outro que vem sem ter sido desejado, convidado, acolhido; que não se ofereceu à um processo de

amansamento, mas como estranho se encravou” (Martins apud In Hébette, 1991). O processo de demarcação de terras também foi atingido pelo sistema econômico vigente, registrando-se grande morosidade na regularização das terras diante dos interesses contraditórios em relação a estas áreas, culminando assim, por privilegiar grupos capitalistas, em detrimento do amparo legal da FUNAI, órgão responsável pela defesa dos assuntos indígenas.

Neste contexto, Mato Grosso é fruto das políticas de integração federal, e os slogans utilizados pelo governo para explicar os planos determinados aqui, tais como “conhecer para intervir”, “integrar para não entregar”, demonstram que a filosofia que embasava o governo estava pautada no neopositivismo, no qual regionalizar era sinônimo de quantificar, seja a quantidade de quilômetros quadrados abertos no cerrado e na floresta, seja no número de famílias assentadas. O critério adotado era a funcionalidade do espaço físico segundo o interesse do planejador, ou seja, os programas eram definidos de acordo com as áreas onde o investimento de capital teria retorno mais rápido.

A expansão capitalista afetou gêneros de vida, transformou paisagens, deu esperanças de melhoria nas condições de vida a curto e médio prazo aos migrantes, pois consideravam o subdesenvolvimento como uma etapa necessária a ser superada em pouco tempo através da implantação de pólos de desenvolvimento.

Neste sentido, a criação de cidades pólos, a partir de programas de governo, permitiria o acesso e instalação das pessoas. A cidade de Sinop, que foi maciçamente financiada pelo capital estatal, é um exemplo de pólo irradiador, cuja área de influência se estende muito além de seus limites políticos. Assim podemos dizer que, sob a ótica neopositivista ali se estabeleceu uma região, na perspectiva da geografia ativa. E na divisão política da área de Mato Grosso temos aí estabelecido uma micro região homogênea.

Sinop: reflexo da dinâmica de ocupação sócio-espacial

Em 1971, a Colonizadora Sinop (Sociedade Imobiliária do Nordeste do Paraná), adquiriu uma extensa área no norte de Mato Grosso e, no ano seguinte, deram início às atividades de construção do Núcleo Colonial Celeste, mais tarde denominado Gleba Celeste, com cerca de 645.000 hectares de terras. A área desta gleba foi recortada em lotes de diversos tamanhos e comercializada no Sul do país para colonos que sofriam com a crise do café ou mesmo com a expropriação de suas terras.

A cidade de Sinop foi construída às margens da BR 163 e por estar situada estrategicamente às margens desta rodovia, investiu-se na ampliação de suas redes e fluxos, que contribuíram para acelerar o seu desenvolvimento, tornando-a um

pólo do norte mato-grossense, que passa a concentrar as principais atividades comerciais, industriais e de serviços.

De acordo com Moreno (1998/1999), o desenho espacial dos núcleos habitacionais construídos em Sinop seguia o padrão de “urbanismo rural” organizado da seguinte forma:

- * Rurópolis: centro maior (Sinop);
- * Agrópolis: centros menores (Vera, Santa Carmem e Cláudia);
- * Agrovilas: centros rurais.

Cidades como Sinop, a exemplo das demais cidades pólos resultantes do processo de colonização, embora sejam colocadas pelos idealizadores desta política como indicador do sucesso das colonizações, são permeadas por problemas sócio-ambientais, alguns já gestados na implantação da cidade, como Sinop que está localizada numa área de pouca declividade e de lençol freático aflorante, o que se torna um problema para o sistema de drenagem da cidade e de saneamento básico em geral.

Com relação ao processo econômico, calcado inicialmente em atividade predatória e temporária através da exploração da madeira, resultou em um grande contingente de mão-de-obra disponível, cuja única atividade possível são as geradas pelo setor terciário, resultando em grande mobilidade da população em direção a outras localidades.

Quanto aos lotes comercializados pela colonizadora Sinop, no Sul do Brasil, por serem de baixos preços, serviram de atrativos para uma grande quantidade de colonos, principalmente paranaenses. Assim, as primeiras famílias chegaram a Sinop no ano de 1972, incentivados pela COMICEL (Cooperativa Mista Celeste), vislumbrando a produção cafeeira na nova fronteira agrícola. Porém, devido à baixa produtividade, a produção cafeeira se tornou um grande fracasso, desestabilizando a grande maioria dos colonos. Alguns prosseguiram rumo a novos projetos de colonização, enquanto que outros, descapitalizados, foram socorridos pela cooperativa que concedeu-lhes empréstimos, além da atuação da EMATER que tentou implantar um programa voltado para a produção da borracha (PROBOR). A colonizadora, porém, não se interessou pela proposta, pois vislumbrava os incentivos fiscais do PROÁLCOOL, e a venda direta de terras, gerando uma maior renda.

O programa de álcool, obtido a partir da mandioca, fracassou por uma série de fatores comerciais e estruturais, principalmente a estrutura viária, pois a BR 163 tornava-se intransitável no período das chuvas.

Verifica-se que políticas nacionais estavam em confluência, uma vez que o subsídio estatal destinado à construção da usina de Sinop, vinha ao encontro da expansão da produção de álcool, fomentada pelo PROÁLCOOL, que neste período contava com o crescimento do consumo de álcool combustível que se verificava no Brasil em decorrência do programa brasileiro que buscava a sua auto-suficiência neste setor, numa conjuntura de “crise do petróleo”.

A produção da mandioca deu sustentação à reprodução do sistema produtivo implantado. A propaganda de que os pequenos produtores teriam escoamento garantido para a sua produção era, nada mais que um interesse comercial na busca de mão de obra para as propriedades de Sinop e seus arredores. A produção, que se previa, atenderia a um mercado crescente que, desta forma, alargaria as fronteiras comerciais desta região com a demanda pelo álcool que sustentava a reprodução deste processo econômico. Esta produção teria um caráter extra-regional, uma vez que atenderia, principalmente, o mercado nacional.

Sobre esta influência econômica na definição do espaço local aqui representado pelo caso de Sinop, comenta Souza-Higa (2001: 269):

O espaço local é, portanto, produzido para o regional, o qual não se configura com limites e extensão precisos. A região vista nesta perspectiva não apresenta uma dimensão rígida; seus limites são traçados a cada momento pelos fluxos econômicos estabelecidos e modificados em função de interesses comerciais mais lucrativos.

Neste contexto, a derrocada do empreendimento econômico de Sinop aqui confirmado pela questão da produção de mandioca e a inoperância da usina de álcool levou o mercado a se voltar principalmente para o setor madeireiro, que, por sua vez, estabelece relações comerciais cada vez mais distantes, inclusive em termo internacionais com a comercialização de madeiras nobres.

O espaço urbano de Sinop, vinte anos após o início das atividades da colonizadora, em 1972, representa importante pólo na economia regional. A cidade firmou-se como prestadora de bens e serviços no setor da educação e consolidando-se no ensino superior através da Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT. Os setores industrial e agrícola estão em amplo crescimento, haja vista a diversidade de indústrias que irão agregar valores aos produtos regionais. Entretanto, essa aparente qualidade de vida, trouxe inúmeros problemas sócio-ambientais tais como: saneamento básico insuficiente, disposição inadequada e queima de resíduos de madeira, dentre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando da divisão estadual, em 1977, Mato Grosso ficou com 38 municípios. Em 2000, já contava com 142 municípios. Essa ampliação quantitativa de unidades territoriais a partir da emancipação de municípios desmembrados de unidades maiores, resultou do acelerado crescimento urbano produzido pelo processo de colonização em todo o estado, sendo o norte de grande importância neste estudo para a compreensão dos efeitos territoriais.

As transformações territoriais produzidas pela fronteira agrícola reproduziu espaços, desterritorializou, territorializou e reterritorializou e desenvolveu especificidades regionais na área Amazônica desconsiderando as populações locais e as questões ambientais, privilegiando o grande capital.

No processo de colonização analisado, considerou-se de cunho positivista, o modelo adotado tanto na elaboração quanto na implantação dos projetos e programas definido pelas políticas públicas. Contudo, no decorrer do processo, novos projetos e programas foram sendo elaborados sob uma visão neopositivista embasado pelo incremento de novas tecnologias. Os aspectos identificados sob o ponto de vista da interpretação oficial são positivos, pois a região norte de Mato Grosso vem apresentando elevação continuada de crescimento econômico, inclusive, pelo quarto ano consecutivo, o Estado é considerado o primeiro produtor de grãos de soja do país. É notável também o incremento do número de municípios e a diversificação de cultura.

O processo de produção da micro-região de Sinop, a exemplo de outras regiões do estado, produziu riquezas em detrimento de grande perda ambiental, paradoxalmente, também reproduziu a pobreza, transferindo problemas sociais de outras regiões do Brasil através da lógica do sistema econômico, que, no contexto do universo virtual, reproduz com maior velocidade as divergências do sistema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1991.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil. In **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec, 1995.
- HÉBETTE, Jean. (org.). **O cerco está se fechando: O impacto do grande capital na Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.
- LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.83. (Acadêmica:25).
- MORENO, Gislaene. Terra, poder e corrupção: a política fundiária em Mato Grosso 1970-1990. In: **Revista Mato-Grossense de Geografia**, Departamento de Geografia. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal de Mato Grosso. Ano 2, n.01 e 02. Dez. 1996/1997. Cuiabá: EdUFMT, 1998.
- _____. **Os (des) caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato**

Grosso. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

SANTOS, Milton. Uma globalização do espaço In **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção.** 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

SOUZA, Edison Antonio de. Sinop: **história, imagem e relatos: um estudo sobre a colonização de Sinop.** Cuiabá, MT. Dissertação de Mestrado. UFMT.2001.

SOUZA-HIGA, Tereza Cristina C. **Análise ambiental em unidades de paisagens na Amazônia Mato-Grossense: A importância do fator regional na condição do processo.** Tese de Doutorado Universidade Federal de São Paulo, USP, 2001.